

# Representação das representações sociais: Introdução ao estudo da imagem da Polónia em Portugal

OLGIERD SWIATKIEWICZ (\*)

Ao iniciar qualquer pesquisa ou estudo empírico, deve-se começar a partir duma teoria ou do modelo mais apropriado, existente ou construído para o caso em questão. Deve-se colocar o problema ou a hipótese dentro de um marco teórico (Almeida, & Pinto 1990; Glória, 1993; Pabis, 1985). Esta referência porém, não pode ser uma referência qualquer, uma vez que, o problema ou a hipótese a testar devem derivar desta teoria, devem constituir casos particulares desta teoria, devem ser as suas exemplificações. Assim, pelo menos, funciona a pesquisa nos círculos académicos.

A questão, acima mencionada, é particularmente difícil quando se tenta desvendar algum problema prático no âmbito das ciências sociais. A multiplicidade de conceitos semelhantes, a grande diversidade de teorias e modelos interdependentes pelo menos parcialmente, constituem uma riqueza do pensamento social do homem, mas também dificultam, ou até mesmo impedem, nalguns casos a escolha exacta. Por vezes, efectuamos a nossa escolha de acordo com a regra do «mínimo satisfatório» (desde que sejam cumpridas obviamente as condições necessária e sufici-

ente) ou então, tentamos rever ou recompor o problema para que possa ser aceite a abordagem preferida, desenvolvida ou dominante no nosso meio académico. Assim o fazem, grande parte das pessoas e os principiantes. Todos porém, após a escolha da teoria têm de delimitar o problema do ponto de vista desta mesma teoria (Paszkievicz, 1984). E aqui o primeiro e decisivo passo constitui a conceptualização ou reconceptualização do cerne, da noção-chave duma dada teoria.

No nosso caso, optámos pela teoria das representações sociais para conhecer a imagem da Polónia em Portugal. Imagem esta que, juntamente com as imagens da Polónia noutros países da Europa, após a transição no Leste, influenciarão a integração efectiva da Polónia nas estruturas europeias.

A própria noção das representações sociais não é das mais fáceis, deixando muitas dúvidas e problemas por resolver aos seus investigadores. Vamos então falar aqui de algumas questões relacionadas com a conceptualização deste fenómeno e da sua relação específica com a língua.

## 1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO CIENTÍFICO: QUESTÕES CONCEPTUAIS

O criador da noção e o precursor dos estudos sobre as representações sociais, Serge Moscovici-

---

(\*) Investigador da Unidade de Investigação em Psicologia Social, ISPA. Membro do Towarzystwo Naukowe Prakseologii (Sociedade Científica de Praxeologia), Varsóvia.

ci, considera ser difícil e desapropriada a sua definição precisa. Tal como afirma, as representações sociais ocupam uma posição «mista», composta por conceitos sociológicos e psicológicos (Moscovici, 1976). Para além disso, também chama a atenção para a força destrutiva das definições operacionais que limitam o desenvolvimento intelectual (Moscovici, 1985). Daí que numerosos, talvez a maioria para não dizer todos os estudiosos das representações sociais, seguindo os passos do mestre ou até citando-o, tem em conta estas dificuldades, isto é, a falta de uma definição precisa (Billig, 1988; Leyens, 1985; etc.) ou consideram este conceito particularmente problemático, difícil (Billig, 1988; Costa, 1992; Ibáñez, 1988; Leyens, 1985; Vala, 1993; etc.). Os mesmos e ainda outros autores, ao constatar dificuldades teóricas na conceptualização das representações sociais, apresentam simultaneamente a sua definição ou várias definições, delimitando mais ou menos o campo do estudo. O mesmo, aliás, faz o próprio Moscovici (1963, 1973). Deste modo, os estudos no âmbito das representações podem ser sujeitos à crítica de que estudam outros fenómenos psico-sociais que não as representações sociais, ou de que, pelo menos, não estudam só as representações sociais (Sousa, 1991). Logo, resultam também no âmbito das representações sociais várias definições ou constatações que tentam abarcar outros conceitos e fenómenos psico-sociais neste conceito potente e heurístico que é o das representações sociais (Vala, 1993), tais como os conceitos de estereotipo (Abric, 1989; Doise, 1984), imagem (Doise, 1984; Ibáñez, 1988), atitude (Abric, 1989; Doise, 1989), opinião (Ibáñez, 1988; Leyens, 1985), etc.

Por outro lado, esta imprecisão ou noção polissémica, como Vala (1993) prefere chamar-lhe, pode servir para afastar toda a crítica ou ainda, em alguns dos casos, para justificar a concordância das hipóteses com os resultados dos estudos levados a cabo no âmbito das representações sociais. Mas nem sempre é assim, como escreve Vala (1993) que a dificuldade na conceptualização deste fenómeno, «...não tem constituído um obstáculo à investigação teórica e empírica neste domínio» (p. 359). Às vezes, consequência desta dificuldade pode ser a desistência de investigação no âmbito da teoria das representações sociais e opção por um caminho mais simples,

mais prático, do que exemplo bem explícito pode ser o estudo de Montenegro (1991).

Tentando evitar demasiada polissemia sem contudo construir uma definição operacional e tentando assimilar a noção de representações sociais, fizemos uma breve análise das definições e afirmações já existentes. Esta análise não será uma análise exaustiva que esgote a totalidade do assunto, mas sim uma tentativa de aproximação a algumas representações deste fenómeno. Para os nossos fins, as definições e afirmações existentes acerca das representações sociais foram propositadamente retiradas dos contextos, arbitrariamente divididas e ordenadas de tal modo que pudessem dar resposta às questões que nos interessam, nomeadamente:

### *1.1. O que são as representações sociais ou o que é uma representação social ?*

Enquanto fenómenos sociais (Ibáñez, 1988) especificamente modernos (Moscovici, 1984), as representações sociais têm múltiplas facetas. São um processo de construção da realidade (Ibáñez, 1988) ou do real (Leal, 1986) e, um produto socio-cultural (Ibáñez, 1988) da actividade cognitiva e simbólica de um grupo (Vala, 1993), uma entidade do tipo mental ou simbólico (Ibáñez, 1988), mas construída e partilhada colectivamente (Ayestaran et al., 1987). Elas são um produto do confronto da actividade mental de um sujeito e das relações complexas que mantem com o objecto (Vala, 1993), são teorias do sentido comum (Ibáñez, 1988) ou teorias sociais práticas (Vala, 1993), mas também, princípios geradores de tomada de posição (Doise, 1984), estruturas cognitivo-afectivas (Ayestaran et al., 1987), modelos avaliativos que articulam informações a que os indivíduos têm acesso, atitudes em relação aos objectos (Sousa, 1991), factores produtores de realidade (Vala, 1993), sistemas ideológicos não institucionalizados, consensuais (Ayestaran et al., 1987), organização psicológica (Moscovici, 1976), sistemas cognitivos com a sua própria lógica e linguagem (Moscovici, 1973), formas ou modalidades de conhecimento (Moscovici, 1976; Vala, 1993), organização de crenças, atitudes e explicações (Vala, 1993), expressão de um sujeito (Vala, 1993), etc.

1.2. *O que não são as representações sociais ou o que não é representação social ?*

As representações sociais não são uma abstracção desconexa das estruturas sociais (Ibáñez, 1988) ou um conjunto de opiniões não estruturadas (DiGiacomo, 1987). Não são também meros enunciados sobre a realidade (Vala, 1993), reflexo de um objecto (Ibáñez, 1988; Vala, 1993) ou processo de reprodução (Ibáñez, 1988).

1.3. *De que dependem as representações sociais (pelo que são determinadas e o que determinam)?*

As representações sociais dependem do objecto de que são representação (Ibáñez, 1988; Leal, 1986), do conjunto das condições económicas, sociais, históricas que caracterizam uma dada sociedade (Leal, 1986) e do sistema de crenças e valores que circulam em seu seio (Ibáñez, 1988), mas também, da comunicação e, da sua própria dinâmica e dos seus mecanismos internos de formação (Ibáñez, 1988), etc.

1.4. *Qual a utilidade das representações sociais, quais as suas funções ?*

Elas organizam os processos simbólicos (Doise, 1984) e estruturam internamente os conteúdos da realidade, intervindo na identificação, reconhecimento e evocação dos objectos (Ayestaran et al., 1987), permitem integrar novos elementos do meio envolvente (DiGiacomo, 1987), classificar os objectos sociais (Ayestaran et al., 1987) dar um sentido ao próprio comportamento (Ayestaran et al., 1987; Vala, 1993) e, reduzir o meio envolvente a simples categorias (DiGiacomo, 1987). Possibilitam também a comunicação social e conversas quotidianas (Ibáñez, 1988), incluem modos desejáveis de acção (Vala, 1993), criam uma visão partilhada da realidade e um marco referencial comum (Ibáñez, 1988) e, justificam comportamentos e avaliações (Vala, 1993). As representações sociais reflectem certas características dos grupos que as assumem (Ibáñez, 1988; Vala, 1993), diferenciam os grupos sociais (Ibáñez, 1988; Vala, 1993) informam-nos sobre os traços da sociedade em que se formaram (Ibáñez, 1988), processam a informação (Ayestaran et al., 1987), contribuem para a

configuração da realidade social (Ibáñez, 1988) e, determinam, em última instância, as nossas reacções (Moscovici, 1984a), etc.

1.5. *Que propriedades possuem as representações sociais, quais são as suas características, qual a sua natureza ?*

Ibáñez (1988) fala do carácter molar das representações sociais, uma vez que englobam diversos componentes em forma sistémica; apresentam-se como uma unidade funcional, fortemente organizada (Ibáñez, 1988), porém, não têm necessariamente uma coerência interna (DiGiacomo, 1987). Para Vala (1993) têm um carácter modélico e, de acordo com DiGiacomo (1987), são estruturadas. Elas têm uma lógica e linguagem próprias (Moscovici, 1984a), agem simultaneamente sobre o estímulo e a resposta (Leal, 1986), intervêm na sua própria elaboração (Ibáñez, 1988), são elaboradas em teorias, histórias, regras, fábulas (Moscovici, 1984) e, são específicas da nossa sociedade (Moscovici, 1984a). As representações sociais são também colectivamente produzidas (Vala, 1993) no quadro das comunicações quotidianas, são colectivas, porque partilhadas por conjuntos mais ou menos amplos de pessoas (Ibáñez, 1988). São enraizadas na estrutura social (Ibáñez, 1988), constituem em parte o objecto que representam (Ibáñez, 1988), impõem-se aos sujeitos com tremenda evidência (Ibáñez, 1988) são irredutíveis a qualquer outra forma do pensamento (Moscovici, 1976) ou seja, são diferentes dos mitos, da ideologia, da ciência e das «visões do mundo» (Ibáñez, 1988) e, são criadas e partilhadas pelos membros da nossa sociedade, como mitos e senso comum eram partilhados no passado (Moscovici, 1984), etc.

1.6. *De que se compõem as representações sociais, qual a sua estrutura e os seus mecanismos internos ?*

Quando se fala dos elementos que fazem parte duma representação social, os investigadores geralmente sublinham a sua quantidade e variedade (Ibáñez, 1988) como por exemplo: os valores, as opiniões, as atitudes, as crenças, as imagens, as informações etc., (Ibáñez, 1988). Introduzindo certa ordem, descrevem-se os três

eixos em torno dos quais se estruturam os componentes duma representação (Ibáñez, 1988; Vala, 1979), ou seja, a atitude, a informação e o campo de representação. Aystaran et. al. (1987) escrevem sobre três aspectos duma representação: o aspecto figurativo, operativo e comunicacional. Enumeram-se também, os dois principais processos psico-sociais responsáveis pela formação e funcionamento das representações sociais: a objectivação e a ancoragem (Billig, 1988; Ibáñez, 1988; Moscovici, 1984a, 1990; Vala, 1993).

### 1.7. *Quais são as dúvidas, problemas e incertezas acerca das representações sociais?*

DiGiacomo (1987), por exemplo, considera não ser absolutamente evidente que uma representação social não seja mais que uma representação individual ou colectiva. A discussão sobre as representações colectivas e sociais parece não ter fim, pois a diferença não é tão evidente como entre as representações individuais e as duas anteriores ou uma delas. As diferenças parecem ter origem, sobretudo nos pressupostos teóricos dos autores conceptuais das representações colectivas e sociais, ou seja, de Emil Durkheim e de Serge Moscovici, e dos seus continuadores. DiGiacomo (1987) chama a nossa atenção também para o facto de as representações terem um carácter muito mais estático do que parecem ter. Por sua vez Billig (1988) levanta a questão de que não se pode assumir que todos os elementos da cultura contemporânea sejam produto de processos de objectivação semelhante ou, que não se saiba quais são as condições necessárias para o aparecimento das representações sociais. Não se sabe também se as representações sociais são próprias da época moderna ou do pensamento científico, ou ainda, se apareceram anteriormente (Billig, 1988). Vala (1993, 1993a) considera questionável se o indivíduo pode dispôr de uma só ou de diferentes representações sobre um mesmo objecto, e, em que condições os indivíduos recorrem às representações sociais e quando, ou em que condições, elas não são úteis ou a sua utilização é mesmo impossível (Vala, 1993), etc.

## 2. SENTIDO UNIVERSAL E PARTICULAR DAS REPRESENTAÇÕES DE M. BILLIG

Parece que, mais longe ainda, na precisão teó-

rica do conceito de representações sociais vai M. Billig (1988) que, após quase três décadas da utilização deste conceito, propõe a distinção entre o sentido particular e o universal do conceito das representações. Mas apesar desta distinção, o próprio Billig continua a considerar difícil a noção de representações sociais, relativamente mais difícil (e revolucionária para a psicologia social) a sua abordagem em sentido particular e relativamente mais fácil a sua abordagem universal.

As representações sociais, enquanto conceito universal, de acordo com Billig (1988), denotam um fenómeno cuja ocorrência se pressupõe independente da época histórica, tipo de sociedade, diferenças geográficas ou económicas. Assim todas as sociedades, duma ou doutra forma possuem estas representações e, não pode haver sociedade sem representações sociais, que são, aliás, equivalentes a senso comum ou saber quotidiano. Também neste sentido universal, Billig (1988) associa representações sociais a ancoragem – processo socio-cognitivo, através do qual são geradas estas representações.

Ancoragem, de acordo com Moscovici (1984a) é um mecanismo que ajuda a ancorar as ideias estranhas, a reduzi-las a simples categorias e imagens e a colocá-las num contexto familiar ou, como escreve Moscovici (1990) noutra ocasião, o processo de ancoragem «... é reconhecido pela penetração de uma representação entre as que já existem na sociedade, e lhe confere sentido e utilidade.» (p. 272).

O outro processo psico-social – a objectivação – enumerado por Moscovici (1984a) como co-responsável pelo funcionamento das representações sociais e, por Billig (1988) considerado como um processo particular, pode, mas não é indispensável, não precisa de acompanhar a ancoragem na construção e o funcionamento das representações sociais, entendidas universalmente.

Por outro lado, o conceito particular das representações sociais, de acordo com Billig (1988) denota um fenómeno que se pode encontrar apenas em certas sociedades, sociedades modernas (Moscovici, 1984), pois é «...específico da nossa sociedade» (Moscovici, 1984a, p. 23).

Na construção social e manutenção das representações, enquanto conceito particular, são in-

dispensáveis ambos os processos psico-sociais: ancoragem e objectivação, porque «apenas os grupos, que possuem consciência objectivada, pode-se dizer, que ancoram os seus pensamentos e as suas percepções através de representações sociais. Os grupos com outro tipo de consciência ancoram os seus pensamentos e percepções no “senso comum”, na “mitologia” etc., mas não nas representações sociais» (Billig, 1988, p. 8).

Por sua vez, a objectivação, aqui tal como a ancoragem, torna conhecido o desconhecido, referindo-se especificamente (Billig, 1988) ao modo como as representações sociais transformam os conceitos abstractos, estranhos, não familiares, em experiências familiares, vividas e concretas, onde já não são mais ideias abstractas, mas pertencem ao universo dos objectos, pois através deste processo «...os conteúdos mentais dos indivíduos, seus julgamentos e suas ideias são separados e assumem um carácter externo. Eles aparecem como uma substância ou como uma força autónoma que povoam o mundo em que se vive e se actua.» (Moscovici, 1990, p. 272)

Apesar da distinção de dois sentidos do conceito das representações sociais – o universal e o particular, ou sentido lato e sentido estrito – no artigo de Billig (1988) encontramos mais, e não apenas duas possibilidades ou sentidos em que se aborda (analisa) ou se pode abordar as representações sociais ou mesmo o senso comum.

*Primeiro* – no que diz respeito à nossa sociedade ou à sociedade moderna, sem entrar na questão a partir de que momento histórico começa ou que área geográfica abrange, Moscovici (1984) afirma que nela não há mais lugar para o senso comum ou mitos, pois há diferenças qualitativamente tão profundas em comparação com as sociedades anteriores ou passadas, que o senso comum foi agora substituído pelas representações sociais.

De acordo com Billig (1988) porém, a situação não parece ser tão clara, pois «...a evidência de que um conjunto de conceitos abstractos transitou da ciência para a consciência popular não implica que a consciência moderna esteja dominada por este tipo de noções» (p. 9). Billig enumera também outros fenómenos que contradizem esta afirmação tão radical, tais como a persistência do senso comum tradicional apesar da hegemonia materialista existente na cultura moderna,

uma possível coexistência na consciência moderna de noções novas e velhas e, ainda, a prevalência dum sistema simbólico mais antigo que torna familiares e, por conseguinte, completamente acientíficos no seu conteúdo, os conceitos que transitaram da ciência para o saber quotidiano. Podemos aqui acrescentar ainda a existência do mecanismo da «hereditariedade social» (Jerzak, 1981) que apoia ainda mais esta posição moderada.

Deste modo, nesta sociedade, que é a nossa sociedade ou sociedade moderna, encontramos pelo menos dois tipos de consciência social ou senso comum: «...consciência objectivada (ou representações sociais em sentido estrito) e consciência não objectivada» (Billig, 1988, p. 12) ou como diz Billig noutra parte do seu artigo: «A consciência moderna pode incluir os seus elementos objectivados e transcendentalizados, as suas crenças materialistas e supersticiosas, o seu senso comum cientificado e os seus antigos padrões de crença. Estes pólos contrastantes pode-se esperar encontrá-los nas mesmas mentes.» (p. 11)

*Segundo* – no que diz respeito a outras sociedades, as sociedades anteriores ou que não sejam a nossa sociedade moderna, ou ainda, no que diz respeito à consciência tradicional e não moderna, aí encontramos, de acordo com Moscovici (1984), o senso comum. Porém, como repara Billig (1988), dando um exemplo descritivo da antiga literatura grega: já naqueles tempos, historicamente longínquos podemos encontrar não apenas mitos e crenças supersticiosas, mas também elementos do senso comum, construídos em resultado dos processos de ancoragem e objectivação ao mesmo tempo.

Assim, a consciência tradicional, tal como a moderna, incluía elementos transcendentalizados e objectivados.

A análise efectuada por Billig (1988) levanta, porém, certas dúvidas. A representação social pode ser pois analisada não só do ponto de vista que envolve a distinção entre o seu conceito particular e universal, mas também do ponto de vista que diferencia a representação social enquanto processo de representação (em que intervêm os processos socio-cognitivos já descritos acima: a ancoragem e a objectivação) e a representação social enquanto resultado deste processo, produto já constituído (cuja estrutura engloba ele-

mentos tais como as atitudes, a informação e o campo de representação) (Ibáñez, 1988). A passagem que Billig faz entre estes dois níveis de análise (processual e resultativo) é demasiado brusca e insuficientemente explícita. Billig – tal como ele próprio afirma – coloca a tónica no aspecto processual das representações, não negligenciando, porém, o seu aspecto resultativo.

### 3. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL ENQUANTO PROCESSO SOCIAL E RESULTADO SOCIAL DESTE PROCESSO – UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL

Enquanto processo, a representação processa-se em dois ambientes: amplo – social (a representação como construção social do objecto através da comunicação com os outros ou entre os outros) e estreito – individual (a representação como comunicação consigo próprio sobre o objecto social). Tal distinção parece ser possível à luz da proposta de P. N. Johnson-Laird e de P. C. Wason (1979) e, da divisão do pensamento em duas formas diferentes: o pensamento como actividade interior e o pensamento como actividade comunicada de M. Marody (1987). O critério desta divisão, de acordo com Marody, seria o pensarmos para nós mesmos e o pensarmos para os outros, e não a presença ou a ausência de verbalização. Embora, tal como a autora adiante concebe, na vida quotidiana, critério fundamental para a distinção destas duas formas de pensamento seja precisamente a ausência ou a presença de verbalização.

Numa abordagem idealista, um fluxo representacional fluente e não interrompido entre e dentro destes dois ambientes, assegurar-nos-ia um processo de representação, com o adjectivo «social». Os indivíduos contribuem e compartilham aquilo para que contribuíram. Num caso extremamente oposto – também idealizando – onde houvesse (ou pelo menos, houvesse a partir dum dado momento histórico) dois processos de representação paralelos não coerentes entre si acerca do mesmo objecto de representação, ou seja um processo de representação em ambiente amplo e outro, não coerente com o primeiro, em ambiente estreito, ambos relativos ao mesmo objecto social, estaríamos provavelmente perante representações colectivas e individuais, entendi-

das obviamente como processos. Os indivíduos contribuíram ou contribuem, mas alguns não compartilham ou já não compartilham.

Enquanto produto, a representação social é o resultado do processo acima descrito, e tal como o processo, tem duas dimensões: uma social ou colectiva (a representação nesta dimensão constitui ou engloba o objecto para o conjunto de pessoas que a compartilham, indica o comportamento deste conjunto em relação ao objecto da representação e constitui a base de comunicação – argumentação e negação – sobre o objecto com os outros) e, outra individual (a representação nesta dimensão constitui a ponte de comunicação entre o indivíduo e o conjunto de pessoas com as quais se identifica).

Numa abordagem idealista, se, em resultado do cruzamento destas duas dimensões, obtivéssemos uma parte comum correspondente, pelo menos, ao núcleo ou esquema figurativo da representação, estaríamos provavelmente perante uma representação constituída com o adjectivo «social».

Naturalmente, o produto é inseparável do processo através do qual surgiu, tal como a forma é inseparável do conteúdo, tela e tinta do conteúdo do quadro, matéria da forma do corpo que a sustenta. Este procedimento só é possível e justificado teoricamente: abstrai-se do todo para ver e analisar as suas partes constituintes, mas não se esquece de repor o todo de novo, porque o todo é diferente das suas partes. «...as representações sociais são sempre produto e processo de forma simultânea.» (Ibáñez, 1988, p. 66)

### 4. O PAPEL DA LÍNGUA COMO SUPORTE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEIO DE CONSTRUÇÃO DA REALIDADE REPRESENTACIONAL

Quando falamos da linguagem e do seu papel na construção da realidade, pode-se dizer, que nos encontramos na «cozinha», onde se preparam as representações sociais. Tal como na cozinha propriamente dita, quando preparamos um prato, no âmbito duma cozinha nacional, juntando vários ingredientes, seguindo a receita, mantendo a higiene do lugar e, tentando responder ao gosto e paladar, necessidades e possibilidades dos consumidores, assim também na

construção e no funcionamento das representações sociais limitamo-nos a uma dada língua nacional, aplicando regras linguísticas, mantendo o «bon ton» ou expressando-se em calão, utilizando um dado léxico, próprio de um determinado contexto social, onde a acentuação recai sobre certos significados das palavras em detrimento de outros e, adicionando os elementos expressivos «quanto basta». Desta maneira comunicamos e tentamos responder às expectativas e possibilidades dos auditores – sujeitos sociais da representação.

De modo muito directo e específico, ao mesmo tempo, expressa esta relação Ray Jackendoff (1985): «... quando estamos a estudar a semântica da língua natural, por necessidade estamos a estudar a estrutura do pensamento» (p. X). Mais adiante escreve ainda, que «... a estrutura semântica é do mesmo nível de representação que a estrutura conceptual» (p. 209). Também Berger e Luckmann (1983) chamam a nossa atenção para o facto, de que «a língua constrói os campos semânticos, ou seja, esferas de significações, cujo âmbito está limitado linguisticamente. Na organização destes campos semânticos trabalham o dicionário, a gramática e a sintaxe. Assim, a língua constrói os esquemas de classificação que diferenciam os objectos, consoante o género /.../ ou número...» (p. 77). «As pessoas não vivem num mundo objectivo nem exclusivamente num mundo de actividades sociais em sentido comum, mas permanecem em grande medida à mercê da língua, que se tornou o meio de expressão da sua sociedade. É ilusório imaginar que nos adaptamos à realidade sem uso da língua, que é apenas um instrumento pouco essencial de resolução de problemas específicos de comunicação ou reflexão. A verdade apresenta-se assim: o “mundo real” é em grande medida construído inconscientemente a partir dos hábitos linguísticos de um determinado grupo. Não há duas línguas suficientemente parecidas, para que se possa tratá-las como representação de uma mesma realidade social. Os universos, em que vivem diferentes sociedades são mundos à parte, não é o mesmo mundo ao qual se aplicaram diferentes etiquetas /.../ Vemos, ouvimos e, em geral sentimos em grande medida porque os hábitos linguísticos da nossa sociedade preferem certas escolhas interpretativas.» (Sapir, de acordo com Marody, 1993, pp. 33-34)

Por sua vez Berger e Luckmann (1983) afirmam: «A vida quotidiana é, sobretudo, uma vida com a língua e com a ajuda da língua que utilizo juntamente com as outras pessoas. Daí que a compreensão de uma língua tenha um significado fundamental para a compreensão da realidade da vida quotidiana.» (p. 72). A língua como o sistema de signos mais importante possibilita às pessoas comunicar significados. Isto é possível graças à sua separação da subjectividade do «aqui e agora» e graças à sua objectivação. Posso pois falar sobre vários assuntos, que não vivi directamente, ou que, durante uma conversa, se encontram fora do alcance da minha vista. O significado da língua para o homem apresenta-se ainda mais importante perante a afirmação de Ziolkowski (1989): «... parece ser totalmente certo que, pelo menos noventa e cinco, se não noventa e nove por cento do conteúdo do nosso conhecimento é conhecimento adquirido de várias maneiras de outras pessoas.» (p. 69)

Graças à objectivação da língua podemos reunir no tempo e no espaço enormes quantidades de significados e experiências. E graças à língua podemos também transmiti-los às gerações vindouras, tal como a própria língua passa de geração em geração. (Ziolkowski, 1989; Potocka-Hoser, & Polkowska, 1992). Durante a interacção quotidiana, as pessoas podem construir destes significados o conhecimento e representações sociais que são uma das modalidades deste conhecimento (Vala, 1993), e podem trocá-los entre si e entre as gerações.

«A língua obriga-me a submeter-me aos seus padrões» (Berger, & Luckmann, 1983, p. 74) por conseguinte, ao falar português não posso utilizar as regras da sintaxe polaca e de igual modo não posso comunicar com ajuda da minha linguagem profissional com conhecidos pertencentes a outro grupo profissional. Mas o mais importante é que a língua «... nos surge como um facto externo a nós próprios, dar um nome a alguma coisa ou acontecimento dá-lhe um estatuto objectivo, faz com que comecemos a apercebermo-nos sobretudo destes fenómenos e não de outros no mundo circundante.» (Marody, 1987, p. 182). A citação acima mencionada chama a atenção, de modo muito condensado, como a língua influencia a actuação de dois mecanismos fundamentais do processo de representação – ancoragem e objectivação. Juntamente com a lín-

gua, que é um fenómeno social, aparece o senso comum e, podemos supor também – as representações sociais. Pois de acordo com Berger e Luckmann (1983), «o elemento mais importante da socialização que é a língua surge às crianças como pertencente à natureza das coisas e não conseguem aperceber-se da sua convencionalidade. As coisas são o que o seu nome diz, e não podem ser chamadas de outra maneira. De modo semelhante, todas as instituições surgem como dadas, imutáveis e, óbvias por si próprias.» (p. 104)

Na maioria das considerações sobre o papel da língua nos processos cognitivos e socio-cognitivos do homem, sublinha-se o seu papel como matéria prima, a partir da qual se constroem diversas imagens da realidade (Marody, 1987, Ziolkowski, 1989). A língua é aqui considerada como um conjunto dado de noções e de relações que as unem, entre as quais o homem pode escolher (embora nem sempre), mas para além das quais não pode ir. Podemos encontrar este ênfase das funções restritivas da língua, tal como afirma Marody (1987) em todos os clássicos desta problemática e é ilustrado pelas conhecidas fórmulas: «Os limites da minha língua são os limites do meu mundo» e «Do que não podemos falar, temos de calar.» (Wittgenstein, 1970, p. 67).

Marody sublinha ainda que mais raramente se assinalam situações em que, de certa maneira se ultrapassam estes limites, o facto de a língua «... desempenhar também funções criativas. Pode constituir não só material de construção de imagens, mas também instrumento de criação da realidade social ou dos seus fragmentos particulares.» (Marody, 1987, p. 251)

Considera-se que estas propriedades criativas da língua estão relacionadas com o papel que ela desempenha no direccionamento da nossa percepção e com o facto de a realidade social não ser só constituída por objectos «perceptuais», vividos directamente e susceptíveis de serem separados de modo ostensivo. Na sua constituição entram também objectos conceptuais que ganham a sua «objectividade» graças à palavra existente que liga aspectos do mundo circundante em noções, que permitem tratar estes vários aspectos como uma «coisa». Precisamente, no caso de objectos conceptuais assume significado particular a afirmação de que não vimos aquilo que não tem nome. Eles não existem por si só

como coisas claramente separadas e possuidoras de contornos materiais, só a noção os constitui como seres independentes. Constitui em sentido duplo: dando um nome e, assim, tornando unidade os elementos dispersos do mundo que nos rodeia, e, por outro lado, definindo ou seja seleccionando estes e não outros elementos como partes constituintes de dado fenómeno ou objecto. E estas últimas afirmações enquadram-se substancialmente na teoria das representações sociais.

Moscovici (1990) também fala da questão do nome das coisas ou dos factos e, às vezes está muito próximo da nossa linha do pensamento: «Se vemos polícias prenderem manifestantes, a cena logo recebe em nosso espírito ou em nossas conversas, um nome que pode variar conforme o observador: violência ou repressão, agressão à liberdade ou manutenção da ordem. E, até mesmo, como Proust escreveu, esses nomes de “sonoridade vibrante”, revolução, guerra civil.» (p. 252) Não tenta porém, desenvolver ou aprofundar os aspectos linguísticos, concentrando-se nas questões dos factos «anónimos» e «nominados». O desenvolvimento dos factos anónimos em factos nominados corresponde, de acordo com Moscovici (1990), ao desenvolvimento das «... acções recíprocas em origens de campos sociais» (p. 252). Isto sugere-nos que apenas as coisas, os fenómenos ou os factos que têm um nome podem ser representados socialmente.

«Nas ciências sociais quiçá acontece mais frequentemente que uma palavra nova não seja acompanhada do “aparecimento” de um conjunto de significados completamente novos, não apercebidos anteriormente. As alterações na terminologia são introduzidas apesar de o “substrato” material dos diferentes termos permanecer o mesmo.» (Marody, 1987, p. 252)

Estes pensamentos são ilustrados por Marody com um excelente exemplo tirado do livro de J. W. P. Creber *Lost for Words, Language and Educational Failure* (de acordo com Marody, 1987), mas nós, com a mesma finalidade, servir-nos-emos de um tema mais próximo – a Polónia.

No dia 21 de Setembro de 1994, um dos maiores diários polacos «Gazeta Wyborcza» colocou na primeira página, uma notícia intitulada «País do Centro», que foi, no dia seguinte, amplamente comentada na televisão pública polaca «TVPolonia». A notícia era a seguinte:

«EUA apagam o termo “Europa do Leste” no dicionário diplomático oficial, em relação aos países da nossa região. – Praga situa-se a oeste de Viena e Budapeste possui uma herança cultural tão antiga e rica, como Paris ou Berlim – explica o assistente do secretário do estado dos EUA, Richard Holbrooke.

– A Europa do Leste torna-se aquilo, que foi antes de 1939: a Europa Central. (Reuter). (MB)».

Hoje, tal como sempre, o Danúbio passa por Praga e Budapeste e, Varsóvia também se estende pelos dois lados do rio Vistula. Aumentou porém, significativamente o vocabulário que designa os países com as capitais em Praga, Budapeste ou Varsóvia. Mas será que se pode dizer que, no caso descrito, a alteração da terminologia não veio na realidade alterar nada? «Uma vez que a realidade apreendida depende não só de características materiais, vividas directamente desta realidade, mas também do nosso conhecimento sobre ela, do conhecimento construído linguisticamente, então devemos afirmar que toda a alteração no sistema, mesmo se não é acompanhada do aparecimento de um novo conjunto de significados, cria, todavia, uma nova e diferente realidade.» (Marody, 1987, p. 253). Os «países do Leste» são pois diferentes dos «países da Europa Central», sobretudo, devido às diferenças dos campos semânticos, que acompanham cada uma destas expressões e provocam a coexistência de duas representações sociais diferentes, com predominância numa ou noutra, consoante a necessidade da situação. Estas diferenças, como escreve Marody (1987) têm o seu correspondente em regras de comportamento completamente diferentes, embora em ambos os casos possa entrar em jogo um mesmo objecto (referente) em sentido físico. Este facto tem um significado fundamental para os problemas relacionados com a influência em comportamentos organizacionais.

Como afirma Miroslawa Marody (1987): «A existência de uma diferenciação linguística /... / acarreta /... / uma diferenciação das imagens da realidade social e com isso uma diferenciação do senso comum nelas contido» (p. 190). Esta afirmação significa, por sua vez, que a diferenciação linguística social acarreta também uma diferenciação das representações sociais relativas ao

mesmo objecto. Pois, elas constituem parte, se não a totalidade do senso comum. Tendo em consideração este pressuposto e, o facto, de que: «... o estudo dos conteúdos concretos das representações sociais representa um interesse em si mesmo, na medida em que permite descrever certas características duma sociedade num momento preciso da sua história» (Ibáñez, 1988, p. 36), podemos, seguindo o pensamento de Marody dizer, que «... a questão que podemos colocar de modo fundamentado é a seguinte: com que imagens da realidade deparamos em determinada sociedade? e não: que imagens da realidade tem determinado grupo social? Pode acontecer obviamente que distintos fragmentos da realidade coincidam com as divisões sociais /... /. Todavia, na maioria dos casos, os utentes das distintas variações do senso comum, sobretudo do analisado a nível da organização de significados e dos níveis dos códigos linguísticos serão provenientes de grupos sociais diferentes.» (p. 211). Não vamos falar aqui da questão dos códigos linguísticos, que não nos parece essencial neste artigo, podemos apenas informar que a autora desenvolve a teoria dos códigos linguísticos de Basil Bernstein.

De qualquer modo, não podemos esquecer que as representações, para poderem ser sociais, tem que ser comunicáveis e comunicadas e, aqui a linguagem tem um papel essencial – é indispensável. De igual modo, essa comunicação, processa-se maioritariamente por via verbal, daí o papel principal, das representações específicas, têm as línguas específicas, línguas nacionais: português, polaco, ... etc.

## 5. POST-SCRIPTUM

Perante o que foi apresentado, coloca-se a questão: em que sentido nos vamos ocupar de representações sociais, quando falamos de representações sociais da Polónia?

Principalmente interessar-nos-ão as da nossa sociedade, sociedade moderna, contemporânea, dos finais do século XX – em termos de tempo histórico; mas também serão as da cultura latina – quanto às origens comuns, e, finalmente as do continente europeu – do ponto de vista geográfico. Penso que estes aspectos dizem respeito a Portugal e aos Portugueses – sujeitos sociais des-

tas representações (Vala, 1993a) e geradores destas representações sobre a Polónia (objecto das representações), no sentido que à nossa sociedade atribuíam Serge Moscovici.

No que diz respeito às questões da universalidade e/ou particularidade, quando falamos dum objecto concreto da representação, que no nosso caso é a Polónia, referir-nos-emos a um objecto específico e, neste sentido ele será particular. Será ainda mais particular quando tentarmos descrever e comparar as representações da Polónia de vários períodos.

Por sua vez, diz-se que esta parte materialista do senso comum, que são as representações sociais (Billig, 1988), determina os comportamentos (pelo menos os comportamentos representacionais). Porém, como já constatámos e verificámos numerosas vezes por experiência própria, a nossa sociedade não se encontra dominada só e apenas por representações sociais (consciência objectivada). Por conseguinte, vamos-nos interessar também pelo resto do senso comum, que não são representações sociais em sentido restrito, porque este resto deve ter algum impacto na determinação do comportamento. Gostaríamos de descrever a imagem da Polónia em Portugal do modo mais completo possível.

Assumindo como Vala (1993), que «... uma vez criada uma representação acerca de um outro, essa representação passa a constituir esse outro e orienta a interacção por forma a atribuir foros de realidade ao que é representação» (pp. 361-362), trata-se de saber se vamos ouvir falar da Polónia ou ler sobre ela: «Eu não te tinha dito que aquele país do Leste, que se diz pertencer à Europa Central, era mesmo um país de Leste», ou então: «Eu não disse, que aquele país da Europa Central era mesmo do centro da Europa e não do Leste». E não é indiferente qual destas representações será dominante. Desde fins de 1994, em Portugal, cada vez mais se pode ouvir falar ou ler sobre os países do Grupo de Visegrad (a Polónia, a Hungria, a República Checa e a Eslováquia), como sendo países do Centro e Leste Europeu ou países da Europa Central. E isto provável e principalmente graças à influência internacional da política dos EUA e não tanto dos próprios países interessados que fortemente acentuam estas diferenças linguísticas e representacionais desde 1989.

Esta mudança parcial do campo semântico em

resultado do aparecimento de uma nova representação da Polónia ou do reaparecimento desta representação da Polónia em Portugal, já mais favorável e, provavelmente por influência social externa, esperamos que não seja uma moda, mas sim o início duma mudança real. Isto porém, leva o seu tempo, mas o que se deve salientar, é que «Um método mais eficaz de criar a realidade do que a introdução de novos termos parecem ser aquelas intervenções na língua que, não alterando o seu nível lexical, introduzem apesar disso alterações a nível das imagens da realidade.» (Marody, 1987, p. 257).

#### BIBLIOGRAFIA

- Abric, J. C. (1989). L'étude expérimentale des représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp.187-203). Paris: PUF.
- Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1990). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Ayestaran, S., De Rosa, A., & Paez, D. (1987). Representación social, procesos cognitivos y desarrollo de la cognición social. In D. Paez (Ed.), *Pensamiento, individuo y sociedad. Cognición y representación social* (pp.16-70). Madrid: Editorial Fundamentos.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1983). *Spoleczne tworzenie rzeczywistosci*. Warszawa: Panstwowy Instytut Wydawniczy
- Billig, M. (1988). Social representation, objectivation and anchoring: a rhetorical analysis. *Social Behavior*, 3, 1-16.
- Costa, A. (1992). *Representações sociais de homens e de mulheres: Portugal 1992*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- DiGiacomo, J. P. (1987). Teoría y métodos de análisis de las representaciones sociales. In D. Paez (Ed.), *Pensamiento, individuo y sociedad. Cognición y representación social* (pp. 278-295). Madrid: Editorial Fundamentos.
- Doise, W. (1984). *A articulação psicossociológica e as relações entre grupos*. Lisboa: Moraes Editores.
- Doise, W. (1989). Attitudes et représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: PUF.
- Gazeta Wyborcza, 1994.09.21
- Gloria, J. da (1993). Orientações metodológicas na psicologia social. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 61-88). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ibáñez, T. (1988). Representaciones Sociales, teoría y método. In T. Ibáñez (Ed.), *Ideologias da la vida cotidiana* (pp.13-90). Barcelona: Sendai Ediciones.

- Jackendoff, R. (1985). *Semantics and cognition*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.
- Jerzak, J. (1981). Niektóre osobowościowe determinanty kooperacji. *Prakseologia*, 3 (79), 63-72.
- Johnson-Laird, P. N., & Wason, P. C. (1979). An Introduction to the Scientific Study of Thinking. In P. N. Johnson-Laird, & P. C. Wason (Eds.), *Thinking, readings in cognitive science*. Cambridge.
- Leal, I. P. (1986). *Teorias implícitas de personalidade: Novas estruturas categoriais*. Programa de Investigação sobre Marginalidade e Violência em Portugal, Núcleo de Estudos Sociais do Instituto Damião de Góis, Presidência da República, Lisboa.
- Leyens, J. P. (1985). *Teorias da personalidade na dinâmica social*. Lisboa: Verbo.
- Marody, M. (1987). *Technologie intelektu. Jezykowe determinanty wiedzy potocznej i ludzkiego dzialania*. Warszawa: Panstwowe Wydawnictwo Naukowe.
- Montenegro, A. (1991). O Brasil através da imprensa quotidiana e da televisão francesas: Estudo sobre o processo de criação da actualidade. In S. Parvaux, & J. Revel-Mouroz (Eds.), *Imagens recíprocas do Brasil e da França* (pp. 51-78). Collection Travaux et Memoires de L'ilhel, 46, Serie Theses et Colloques 2, Ilhel.
- Moscovici, S. (1963). Attitudes and opinions. *Annual Review of Psychology*, 14, 231-260.
- Moscovici, S. (1973). Foreword. In C. Herzlich (Ed.), *Health and illness*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1976). *Social influence and social change*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The myth of the lonely paradigm: a rejoinder. *Social Research*, 51, 939-967.
- Moscovici, S. (1984a). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr, & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1985). Comment on Potter and Litton. *British Journal of Social Psychology*, 24, 91-92.
- Moscovici, S. (1990). *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Pabis, S. (1985). *Metodologia i metody nauk empirycznych*. Warszawa: Panstwowe Wydawnictwo Naukowe.
- Paszkievicz, E. (1984). O metateoretycznych założeniach teorii psychologicznych. In S. Nowak, (Ed.), *Wizje człowieka i społeczeństwa w teoriach i badaniach naukowych* (pp.135-154). Warszawa: Panstwowe Wydawnictwo Naukowe.
- Potocka-Hoser, A., & Polkowska, A. (1992). Analiza dyskursu a badanie stereotypowości pojęć politycznych. In Z. Chlewicki, & I. Kurcz (Eds.), *Stereotypy i uprzedzenia* (pp.185-198). Kolokwia Psychologiczne (1), Warszawa: Instytut Psychologii PAN.
- Sousa, E. (1991). Dos conteúdos representacionais às representações sociais. *Análise Psicológica*, 9 (1), 25-32.
- Vala, J. (1979). Organizações de comunicação de massa e representações sociais: Ensaio de metodologia. *Análise Psicológica*, 2 (4), 407-413.
- Vala, J. (1993). Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Eds.) *Psicologia social* (pp. 353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (1993a). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 123/124, 887-919.
- Wittgenstein, L. (1979). *Tractatus logico-philosophicus*. Warszawa.
- Ziolkowski, M. (1989). *Wiedza, jednostka, społeczeństwo. Zarys koncepcji socjologii wiedzy*. Warszawa: Panstwowe Wydawnictwo Naukowe.

## RESUMO

Antes de começar qualquer estudo, é fundamental delimitar o problema e colocá-lo num marco teórico próprio para o caso. O autor pretende abordar a questão da imagem da Polónia em Portugal do ponto de vista da teoria das representações sociais e dedica este artigo, principalmente, à problemática teórica. A primeira parte do artigo trata da conceptualização das representações sociais, da sua representação pelos próprios investigadores e da sua divisão por M. Billig em sentido universal e particular.

Seguidamente analisa a representação social, enquanto processo e produto deste processo e, o papel da língua no processo de representação social. Na parte final, o autor tenta dar uma dimensão mais prática aos pressupostos teóricos, para o estudo das imagens da Polónia em Portugal.

*Palavras-chave:* representações sociais; sentido particular e universal das representações; sentido processual e resultativo das representações; o papel da língua e da linguagem no processo de representação; relação entre língua e as representações; imagem da Polónia.

## ABSTRACT

Before starting any study, it's essential to delimit the problem and place it within a theoretical basis appropriate to the case. The author intends to approach the question of Poland's image in Portugal from the point of view of the social representations theory. Mainly he dedicates this paper to theoretical problems. Its first part refers to the conceptualization of social representations, its representations by the researchers themselves and its division by M. Billig into particular and universal sense. Next the paper deals with social representations as process and product of this process as well as with the role of the language in the process of social representation. In the final part, the author

tries to give a more practical dimension to the theoretical presuppositions of the study on Poland's image in Portugal.

*Key-words:* Social representations, representations in particular and universal sense, representations in processual and resultative sense, the role of language in the process of representation, relationship between language and representations, image of Poland.

#### RESUME

Avant d'initier n'importe quelle recherche, la question fondamentale est de délimiter le problème et le placer dans une borne théorique adéquate au cas spécifique. L'auteur voudrait aborder la question de l'image

de la Pologne au Portugal, au point de vue de la théorie des représentations sociales et dédie cet article, principalement, au problème théorique. La première partie de l'article s'occupe de la conceptualisation des représentations sociales, de leur représentation par les investigateurs eux-mêmes et de leur division d'après M. Billig au sens universel et particulier. Ensuite, il analyse la représentation sociale, en tant que processus et produit de ce processus, et le rôle de la langue dans le processus de la représentation sociale. Dans la partie finale, l'auteur essaye de donner une dimension plus pratique aux présupposés théoriques, pour l'étude des images de la Pologne au Portugal.

*Mot-clés:* Représentations sociales, sens particulier et universel des représentations, représentations en tant que processus et produit, le rôle de la langue dans le processus de la représentation, l'image de la Pologne.